

COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS INSURGENTES: CONVERSÇÕES POLÍTICAS ON-LINE DURANTE A OCUPAÇÃO DE ESCOLAS EM SÃO PAULO

Communication in insurgent movements: Online political conversation during school occupation in São Paulo

Comunicación en los movimientos insurgentes: conversaciones políticas en línea durante la ocupación de escuelas en São Paulo

Francine Altheman

Doutoranda em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Luis Mauro Sá Martino

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Email: lmsamartino@gmail.com

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG.
E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

Resumo

O estudo da conversação política on-line nem sempre privilegia os espaços informais como potenciais agenciadores das práticas e tomadas de decisões de grupos. No entanto, a emergência dos ambientes on-line parece ter contribuído para a formação desses espaços conversacionais com amplas consequências no estabelecimento de ações políticas. Este trabalho estuda os circuitos de conversação política informal on-line durante a ocupação de escolas por estudantes do ensino médio e fundamental no estado de São Paulo, ocorrida em 2015. O local de observação das interações é a página “O Mal Educado”, da rede social Facebook, destacando as interações voltadas para a ação conectiva, fortalecimento da identidade coletiva e direcionamento das discussões através de diferentes formas de auto-expressão dos jovens.

Palavras-chave: Conversação Política. Facebook. Juventude.

Abstract

The study of political conversation online not always privileges the informal spaces as potential agencies of practices and decision making of groups. However, the emergency of online environments seems to have contributed to the formation of these conversational spaces with vast consequences in the establishment of political actions. This work studies the circuits of informal political conversation online during the occupation of schools by students of average and basic education in the state of São Paulo, occurred in 2015. We observe the posts and comments in the page “the Impolite”, of Facebook, detaching the interactions directed toward connective action, strengthening of collective identity and modulation of controversies through different forms of youth self-expression.

Keywords: Political conversation. Facebook. Youth engagement.

Resumen

El estudio de la conversación política en línea ni siempre privilegia los espacios informales como agentes potenciales de prácticas y procesos de decisiones de grupos. Sin embargo, la emergencia de ambientes en línea parece haber contribuido para la formación de estos espacios conversacionales con consecuencias amplias en el establecimiento de acciones políticas. Este trabajo estudia los circuitos de conversación política informal en línea durante la ocupación de escuelas para los estudiantes de la educación media y básica en el estado de São Paulo, ocurrido en 2015. El lugar de observación de las interacciones es la página “El Descortés”, del Facebook, separando las interacciones dirigidas hacia la acción conectiva, el fortalecimiento de la identidad colectiva y direccionamiento de los debates a través de diversas formas de auto-expresión de los jóvenes.

Palabras clave: Conversación Política. Facebook. La juventud.

I- Introdução

No dia 23 de setembro de 2015, os principais jornais do Estado de São Paulo noticiavam o programa de reorganização da rede de ensino¹, que iria transferir, no ano letivo seguinte, mais de um milhão de alunos para que as escolas fossem divididas por ciclos. Como consequência dessa medida, mais de 150 escolas seriam afetadas, com encerramento de turnos e ciclos.²

Pais, estudantes e até mesmo professores e diretores de escolas estaduais souberam da reorganização escolar pelos veículos de comunicação. Somente dias depois, o portal da Secretaria de Educação e suas redes sociais digitais passam a divulgar a reorganização, focando no chamado “Dia E”, encontro que aconteceria em 14 de novembro para informar e tirar dúvidas de pais e aluno sobre a reorganização³.

No entanto, ainda em setembro, inicia-se um levante de alunos secundaristas, que questionam o programa proposto pelo governo e reivindicam mais informações, em um primeiro momento. Com o descaso que se segue por parte do governo e com o final do ano letivo se aproximando, os alunos começam a saber, pela própria escola, que não estudarão mais ali, mas também não há informação sobre a escola onde iriam estudar. Vários alunos que estão nessa situação começam a usar o *Facebook* para discutir o assunto e decidir o

que fariam. O movimento tem suas primeiras discussões na rede, ainda no final de setembro, por meio de *hashtags* como *#AEscolaÉNossa*, *#ÉNóisQueManda* e *#LutarPeloNossoDireito* (CAMPOS *et. al*, 2016).

A partir daí, acontece uma sucessão de eventos, iniciando com o rompimento dos estudantes com o governo e a auto-organização de um movimento que culminaria, semanas depois, com o recuo do governo na proposta de reorganização escolar – pelo menos temporariamente – e com a renúncia do secretário de Educação em dezembro daquele ano. Essa onda de protestos teve, entre seus episódios, o fechamento de ruas em São Paulo, fomentado por *performances* criativas dos alunos, que simulavam salas de aula nas principais vias de São Paulo, e culminou com a ocupação de mais de 200 escolas, entre novembro e dezembro de 2015⁴.

Como um movimento que alicerçou parte de seus processos comunicativos no *Facebook*, em centenas de páginas criadas especialmente para organizar e discutir o movimento como um todo, pode-se observar que esta plataforma *on-line* se tornou uma arena de conversação política em torno do problema que afetava os secundaristas.

A instituição do movimento, após a ruptura com o governo, ocorre via processos de comunicação próprios para a manutenção e organização das formas de gestão autônoma das ocupações. As experiências ligadas ao movimento estão intimamente relacionadas aos processos comunicativos que o permeiam: eles aparecem tanto na interação dos próprios sujeitos políticos, caracterizando suas experiências e fazeres cotidianos, quanto na sua própria produção midiática, que precisa enfrentar a cobertura dos veículos de comunicação tradicionais utilizando as redes sociais e as mídias alternativas.

Este trabalho analisa o potencial deliberativo das conversações políticas informais *on-line* que fomentaram o movimento de ocupação de escolas na cidade de São Paulo pelos estudantes secundaristas. Integrando um projeto mais amplo sobre os processos comunicativos dos movimentos de insurgência, e dialogando com reflexões anteriores (Altheman; Martino; Marques, 2016), este texto enfoca alguns dos processos discursivos construídos nas páginas do movimento

1 MONTEIRO, André. SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por série. Folha de S. Paulo (on-line), São Paulo, 23 de setembro de 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233990-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>>. Último acesso em 26/04/2017.

2 Segundo o então secretário da Educação, Herman Voorwald, em entrevista ao Jornal Bom Dia São Paulo, da Rede Globo, a reorganização se baseava em dois argumentos principais: a rede estadual de ensino teria salas ociosas, com poucos alunos, já que teria perdido dois milhões de estudantes nos últimos 17 anos; de acordo com um estudo feito pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (Cima), órgão da Secretaria de Educação, o desempenho dos alunos nas escolas de um ciclo único seria melhor. Ver: Bom Dia São Paulo. Secretário da Educação esclarece dúvidas sobre a mudança na divisão de alunos nas escolas. Rede Globo, São Paulo, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4486989/>>. Último acesso em 26/04/2017.

3 PORTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Educação recebe alunos da capital e esclarece mudanças da rede para 2016. Portal da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (on-line), São Paulo, 6 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/educacao-recebe-alunos-da-capital-e-esclarece-mudancas-da-rede-para-2016>>. Último acesso em 26/04/2017.

4 Contagem realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) em tempo real, entre os dias 8 de novembro de 2015 e 19 de janeiro de 2016.

secundarista no Facebook. De modo mais específico, nos interessamos pelas formas de engajamento elaboradas pelos estudantes e pelo modo como sua auto-expressão no Facebook se articula com a criação de agenciamentos coletivos, os quais envolvem a produção de enunciados próprios e partilha de repertórios de ação.

Para isso, toma-se como referência as postagens da página *O Mal Educado*, coletivo que surgiu com o intuito de promover grêmios estudantis livres e que, em 2015, se engaja no movimento de secundaristas, incorporando muitos dos estudantes que começaram os protestos⁵. A página do coletivo no Facebook é uma das que acabam confluindo as informações de todas as escolas ocupadas, transformando-se em uma fonte confiável de informação do movimento. Partimos do pressuposto de que a troca interpessoal de informações no Facebook requer uma dimensão de abertura e confiabilidade para que os interlocutores possam expressar suas opiniões políticas diante de outros com os quais não possuem necessariamente vínculos de proximidade (Himmelboim et al, 2012).

O objetivo é observar as trocas comunicativas que se estabelecem em algumas postagens, avaliando critérios que caracterizam, em um sistema deliberativo (Mansbridge, 2009; Maia, 2012; Conover; Searing, 2005), a justificação recíproca e pública de argumentos (Gomes; Maia, 2008; Habermas, 1998) e algumas características mais específicas das interações em redes digitais (Marques, 2016; Sarmiento; Mendonça, 2016; Oliveira; Sarmiento; Mendonça, 2014; Mendonça; Amaral, 2016; Van Dijk, 2012; Kies, 2016).

As postagens serão analisadas com foco no conteúdo postado entre os dias 24 e 25 de novembro, considerados o auge das ocupações, que resultaram em um boicote ao Saresp⁶.

5 Página do coletivo O Mal Educado no Facebook disponível em: <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>>. Último acesso em 26/04/2017.

6 O Saresp é a aplicação de provas anuais com o objetivo de avaliar o rendimento escolar, que, por sua vez, serve de base para calcular bônus aos funcionários e professores. Ele é emblemático para o movimento dos secundaristas, pois simboliza tudo aquilo com que os estudantes desejam romper: governo e uma avaliação que não avalia, de fato, o sistema educacional (Campos et. al, 2016).

2. Conversações políticas on-line: potencialidades deliberativas no *Facebook*

Considerando-se que a base teórica em torno dos debates fomentados nas esferas públicas possui sua raiz nos estudos de Jürgen Habermas (1998, 2012), o desenho metodológico das pesquisas acerca de arenas deliberativas on-line tende a seguir os princípios normativos por ele estabelecidos para a condução do debate racionalmente orientado (Marques, 2016). Paralelamente, críticos aos pressupostos habermasianos têm contribuído substancialmente para repensar os ideais normativos e flexibilizar seus pontos principais. Entre esses pontos, pode-se ressaltar o pressuposto da racionalidade, que fundamenta as justificativas e argumentos em debate, criticado por Iris Young (2001), Chantal Mouffe (2005) e Jane Mansbridge (2009), para quem o debate precisaria incorporar outras formas enunciativas, como a retórica, as emoções, narrativas e histórias de vida, aproximando-se de uma conversação capaz de integrar-se a um sistema deliberativo mais amplo.

Nesse sentido, é importante ressaltar que Habermas, entre suas próprias reformulações sobre a teoria deliberativa, não chega a inviabilizar as narrativas e emoções nos atos de fala. O uso racional da linguagem não significa apagamento dos sentimentos morais e das emoções, mas sim uma forma de ampliar os horizontes éticos que orientam pontos de vista particulares até que possam, nesse processo, produzir um horizonte moral comum capaz de orientar comunicativamente as ações e razões dos sujeitos em direção à generalização de interesses e à justiça (Habermas, 1998, 2012). Mansbridge (2009), por outro lado, vai assinalar que a ideia de uma passagem da ética à moral, da experiência singular às leis, do auto-interesse ao interesse coletivo, torna o processo deliberativo inacessível e/ou incompreensível para muitos.

Sabemos que, em um processo deliberativo ampliado (articulando sistemicamente várias esferas públicas de discussão), as dinâmicas comunicativas tendem a se dar de forma integrada, mas nem sempre coordenada e simultânea (Mansbridge, 2009; Habermas, 2006; Marques e Martino, 2017). Sob esse aspecto, concordamos com Bohman quando ele afirma que a deliberação seria melhor promovida em uma “concepção distribuída e não hierárquica de esfera pública” (2007, p.354). Essa estrutura distributiva (um públi-

co de públicos atuando a partir de diferentes espaços e temporalidades) poderia, segundo ele, possibilitar a diferentes públicos, o acesso ao processo deliberativo.⁷

Partimos do pressuposto de que o processo deliberativo é formado pela interconexão entre diferentes contextos comunicativos, os quais reúnem diferentes atores e seus modos de comunicação específicos; e de que a deliberação é uma atividade que envolve o enfrentamento público dos discursos resultantes desses múltiplos contextos. É importante ter cuidado com o pressuposto da mútua afetação e influência entre esferas ou âmbitos comunicativos que integram o processo deliberativo. A ideia de que mudanças que se processam em determinados contextos necessariamente repercutem em outros deve ser questionada. Assim como deve ser revista a ideia de que há uma repercussão recíproca ou um percurso de intercâmbio linear entre deliberações que se desdobram no centro e na periferia do sistema político. O foco deve ser nas trocas comunicativas e conversações construídas em diferentes arenas com o propósito não só de articular discursos e atores, mas de revelar como tais discursos e atores, a partir da individualidade de suas experiências e relatos, conseguem produzir tais articulações (Marques e Martino, 2017).

Argumentamos que a conversação e suas contribuições para a construção de sujeitos e modos de agência politicamente autônomos precisam, primeiro, ser avaliadas em si mesmas, sem a necessidade de tecer comparações entre seu modo de operar e os princípios normativos que sustentam a deliberação. Por isso, o enfoque analítico das conversações pode ser mais interessante se procurar revelar como os conflitos, dissensos, formas de auto-expressão e expressão coletiva são trabalhados na interação (Eveland et al., 2011). Sob esse viés, as implicações que conversações e deliberações possuem umas sobre as outras devem ser apreendidas com cautela, considerando interseções criadas a partir de situações e acontecimentos específicos e não-generalizáveis (Stromer-Galley, 2005).

⁷ A possibilidade de um maior acesso aos locus de discussão da rede não necessariamente significa probabilidade de argumentação recíproca diante de dissensos. Habermas (2006) destaca, por exemplo, que a formação de uma multitude de mini-espços públicos especializados na web poderia levar a uma fragmentação maior dos públicos que, reunidos em torno de um grande número de questões pontuais, permaneceriam isolados em “ilhas diferenciadas de comunicação”.

3. *Facebook* como arena de conversação política no sistema deliberativo

Estudos recentes (Altheman, Martino, Marques, 2016; Oliveira, Sarmiento e Mendonça, 2014; Mendonça e Amaral, 2016) mostram o potencial deliberativo das trocas comunicativas realizadas nos espaços on-line, especialmente das redes sociais digitais. De modo geral, tais pesquisas defendem que, para compreender a deliberação on-line, é preciso prestar atenção nas conexões (ou ausências delas) entre muitas arenas discursivas. E, além disso, considerar as imbricações entre agenciamentos subjetivos e intersubjetivos, de modo a não conferir foco excessivo ou mesmo exclusivo aos sujeitos, suas formas de engajamento pessoal, suas formas de exposição a opiniões contrárias e suas formas protagônicas de questionamento a seu lugar dentro de ordens discursivas estabelecidas e estanques.

A nosso ver, a potência política dos enunciados e dos modos de enunciação proporcionados pelo Facebook, não se encontra exclusivamente em tentativas individuais e personalizadas de questionamento de opressões e injustiças (por mais importantes que elas sejam dentro da ampliação de um entendimento de formas de participação política hoje). Muito menos restritas ao choque de perspectivas diferentes. Argumentamos a favor de uma potência política das conversações on-line que deriva não só das possibilidades enunciativas proporcionadas pelo Facebook, por exemplo, mas também de uma compreensão desse espaço como capaz de promover um pertencimento de grupo em que semelhantes pontos de vista e experiências possam encontrar-se e ter maior chance de tematizarem problemas e alcançarem publicidade (Conroy et al., 2012). José van Dijk (2012), contudo, se mostra extremamente cauteloso ao afirmar que esse espaço seria uma nova esfera pública de modelagem de sociabilidades, exatamente porque ele próprio é moldado por forças sociopolíticas e legais, adquirindo um caráter corporativista, que envolve estratégias complexas de publicidade, e sua própria concepção empresarial que visa o lucro.

Por outro lado, Mendonça e Amaral (2016) revelam, em pesquisa sobre o provimento de razões em espaços on-line em torno da questão LGBT, que o Facebook mostrou-se como um dos espaços em que as justificativas mais aparecem nos proferimentos, perdendo apenas para os fóruns institucionalmente

constituídos (espaços on-line criados pelo governo para debater algum assunto que está em discussão nas esferas políticas), demonstrando que essa plataforma pode apresentar potenciais deliberativos, dependendo da abordagem e do assunto.

Com relação à configuração das trocas, podemos destacar o fato de que o próprio espaço do Facebook oferece ferramentas para a construção da conversação, e, ao mesmo tempo, aqueles que aí interagem constroem e se apropriam do contexto por elas gerado, aproveitando a experiência que já possuem de exploração da plataforma (Halpern; Gibbs, 2013). No Facebook, e também em outros ambientes sociais da rede, há uma forte interseção entre o ambiente e as possibilidades de mediação que ele oferece: articulação com outras redes sociais, mecanismos de busca, citação e indexação (o que amplia as possibilidades de fundamentação e exemplificação de pontos de vista e argumentos, por exemplo). Tal característica é importante, pois o estudo do processo deliberativo *on-line* não pode desconsiderar que as trocas discursivas que acontecem em uma rede social frequentemente se espalham para outras plataformas, dando origem a uma interconexão de esferas e de conteúdos. A persistência, a possibilidade de responder a qualquer mensagem (postada de maneira síncrona ou assíncrona) e o arquivamento das trocas permitem que os enunciados não só sejam facilmente recuperáveis, como também traçam as diferentes conexões que realizam dentro e para além do espaço no qual foram postados.

Nesse sentido, como apontam Oliveira, Sarmento e Mendonça (2014, p.59), o potencial deliberativo de conversações realizadas nas redes sociais apresenta uma de suas dimensões quando nos dedicamos a entender os caminhos argumentativos construídos nas trocas, além de identificar crenças, valores e enquadramentos a partir dos quais os usuários expõem e negociam sentidos. Para eles, a deliberação nessas redes não é algo a ser observado a partir de uma iniciativa ou arena, mas na interface entre iniciativas e arenas. Tal constatação nos leva a perceber a importância assumida por uma análise apurada dos contextos enunciativos de trocas *on-line* diante daquilo que entendemos como processo deliberativo. Além disso, não se pode tecer uma análise dessas trocas sem levar em consideração que grande parte delas é marcada pela hostilidade, pela desvalorização dos interlocutores

e seus argumentos, pelas assimetrias de *status* entre os participantes e, sobretudo, pela não tematização de injustiças referentes ao próprio reconhecimento dos parceiros como moralmente dignos de serem vistos como interlocutores, como “pares” (Marques, 2016).

Nesse sentido, o percurso metodológico por nós desenvolvido leva em conta que um processo deliberativo não se apresenta de maneira pontual, mas se desdobra em diferentes momentos no ambiente de conversação *on-line*. Norteia nosso olhar, o fato de que os jovens se tornam seres de palavra (sujeitos políticos) nos momentos em que criam e se engajam em espaços de enunciação conflitiva. Tomar a palavra implica posicionar-se e isso leva a uma indagação acerca da caracterização do espaço discursivo que se constitui em torno de um sujeito que se autodenomina “secundarista”, “estudante”, “anarquista” etc. Tanto os argumentos dispostos no debate quanto a criação de uma cena na qual os sujeitos se fazem interlocutores, constroem e reconstroem identidades (individuais e coletivas) e pertencimentos devem ser criticamente avaliados.

No caso dos jovens secundaristas, a conversação política no Facebook não só oferece oportunidade para trocarem argumentos sobre uma questão, construir relações sociais ou questionarem visões dominantes sobre um dado assunto, mas é também uma oportunidade para que se apresentem diante dos outros, revelem suas identidades e construam relatos de si, configurando uma dimensão ética e moral de relação com a alteridade. Interessa-nos construir um olhar mais atento à experiência política dos estudantes on-line, procurando destacar alguns de seus aspectos mais particulares.

Este trabalho procura, desse modo, compreender o processo comunicativo que se instaura no Facebook a partir do movimento dos secundaristas em São Paulo, considerando que esta plataforma on-line se tornou uma das principais ferramentas de comunicação do movimento e a principal forma de visibilidade dos estudantes, tendo em vista que a mídia tradicional fez uma cobertura negativa do movimento, dando pouco espaço de fala aos próprios secundaristas e, assim invisibilizando suas formas de enunciação e auto-organização política.

4. O boicote ao Saresp no auge das ocupações

O número de escolas ocupadas no Estado de São Paulo passou de menos de 25 no início de novembro para quase 200 na segunda quinzena do mês⁸. Esse aumento estrondoso começou a causar dores de cabeça para o governo estadual, pois, além de os estudantes terem ganho visibilidade e apoios importantes da população, como de artistas e intelectuais, por exemplo, a mídia tradicional também começa a se render a cobertura expressiva do movimento.

Como o movimento ganha uma proporção enorme, que envolve centenas de escolas e milhares de estudantes, surge o *Comando das Escolas Ocupadas*, uma espécie de entidade, criada pelos próprios estudantes, que visa a unificar as ocupações em torno de um ideal comum, propondo “um espaço de articulação independente, horizontal e apartidário, aberto a todas as ocupações que estão em luta”⁹.

Em reunião realizada na Escola Fernão Dias, em 21 de novembro de 2015, a primeira iniciativa do Comando foi promover um boicote ao Saresp¹⁰, avaliação anual que mede o rendimento escolar dos estudantes. Para isso, recorreram ao coletivo *O Mal Educado*, cuja página no Facebook é nosso objeto de análise, que já possuía manuais e táticas para promover o boicote às avaliações fomentadas pelo governo. É importante ressaltar que o Saresp, que aconteceria nos dias 24 e 25 de novembro, faz parte de uma estratégia emblemática tanto do governo quanto dos estudantes. Para os secundaristas, o Saresp representava o modelo de educação que eles rejeitavam, afinal como o aluno poderia ser avaliado por uma única prova? (Campos et. al, 2016)

Para o Estado, o Saresp seria a oportunidade ideal para esvaziar o movimento dos secundaristas. Por isso, o governo estadual passa a divulgar que as escolas ocupadas não fariam o Saresp e que isso prejudicaria toda a escola, pois os investimentos seriam retirados (as escolas que têm as melhores

notas no Saresp recebem bônus, bem como seus professores). Uma campanha do governo começa a ser articulada para intimidar estudantes, professores e diretores das escolas.

No entanto, mesmo com a pressão do governo, principalmente em professores e funcionários das escolas ocupadas, os estudantes não cedem e o movimento, ao invés de minguar, acaba crescendo ainda mais nos dias seguintes: no dia 20, eram cerca de 80 escolas ocupadas; no dia 24, sobre para 160¹¹.

No estudo empírico realizado para este trabalho, concentramos a análise nesse recorte temporal – período de boicote ao Saresp – e nas postagens e comentários da página do Facebook do coletivo *O Mal Educado*, um dos principais espaços abertos que fez a divulgação do movimento e fomentou o boicote ao Saresp. A seguir, veremos como a análise foi recortada no período acima citado e apresentamos os resultados.

5. Análise e resultados

A página *O Mal Educado* no Facebook realizou 214 postagens entre os dias 24 e 26 de novembro, com referência ao boicote ao Saresp, a maioria delas com imagens feitas pelos próprios alunos, conforme foram orientados pelo coletivo. Na página, a recomendação para esses dias era de manter as ocupações, realizar piquetes, confiscar provas e, caso não fosse possível impedir sua aplicação, o coletivo recomendava rasurar o gabarito. Desse modo, muitas postagens mostravam as fotos dos gabaritos rasurados pelos alunos, que fotografavam e mandavam diretamente para as páginas do movimento.

Para a análise, observamos os comentários em torno de três tipos de postagens: um meme do governador Geraldo Alckmin, uma imagem de uma prova rasurada e o relato de um estudante que foi intimidado pela diretoria da escola ao se posicionar a favor do boicote ao Saresp. As escolhas foram feitas com base na visibilidade gerada por essas postagens (número alto de compartilhamento, curtidas e principalmente comentários).

Diversos memes, imagens auto-replicas de rápida e ampla divulgação no ambiente on-line (Martino, 2014),

8 Contagem realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) em tempo real, entre os dias 8 de novembro de 2015 e 19 de janeiro de 2016.

9 Manifesto pronunciado na Escola Estadual Fernão Dias, em São Paulo, em reunião realizada em 21 de novembro de 2015.

10 Ver panfletos e enunciados ligados a essa ação na página *O Mal Educado*, do Facebook, disponível em <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>>. Último acesso em 26/04/2017.

11 Contagem realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) em tempo real, entre os dias 8 de novembro de 2015 e 19 de janeiro de 2016.

foram divulgados na página, a maioria ironizando o governador Geraldo Alckmin e o então secretário da Educação Herman Voorwald. Importante salientar que os memes costumam ter maior visibilidade, especialmente pela reprodução em compartilhamentos, do que as fotos e imagens ilustrativas do movimento. Enquanto as fotos das ocupações raramente apresentam comentários e têm poucas curtidas, os memes, incluindo os compartilhamentos, acabam recebendo um maior número de comentários - a velocidade de propagação, bem como o fácil entendimento dos memes e sua potencialidade de replicação e reprodução, sugerem com especial força a mescla de linguagens específicas do ambiente on-line com as justificativas esperadas em um cenário de deliberação. O meme analisado, em conjunto com seus comentários, foi o seguinte:

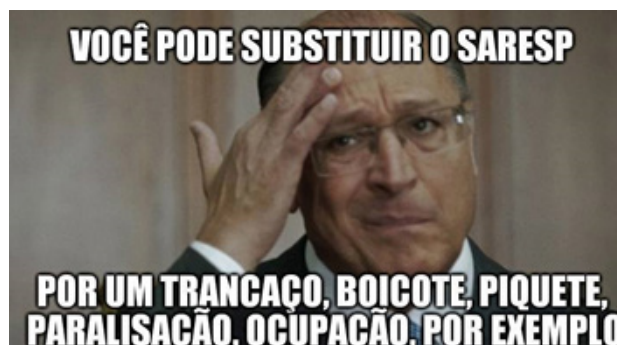


FIGURA 1 – Meme postado no dia 24 de novembro na página *O Mal Educado* e amplamente replicado em outras páginas
FONTE: *O Mal Educado*¹²

Junto com a imagem, o post traz as palavras de ordem do boicote, convocando os alunos a manterem as ocupações, e a lista de todas as escolas ocupadas (129 escolas, segundo a página¹³). A imagem foi curtida por 311 pessoas e teve 178 compartilhamentos, o que gerou centenas de comentários, os quais não foram possíveis de mapear devido à propagação da imagem em diversas páginas diferentes. Na página

d'O Mal Educado, o meme gerou 17 comentários, quantidade expressiva, já que outras postagens não receberam nenhum comentário. A hipótese levantada foi que os comentários em memes, até mesmo pelo conteúdo que tende ao humor e à ironia, fossem superficiais, sem justificativas ou reciprocidade, ideias normativas importantes para o potencial deliberativo de uma conversação.

No entanto, nos 17 comentários analisados, observa-se a reciprocidade, já que grande parte dos comentários responde a um interlocutor chamado Anderson Araujo¹⁴, e os comentários apresentam algum tipo de razão ou justificativa ao contra-argumentar os enunciados do interlocutor acima mencionado. Vejamos:

Interlocutor 1: Anderson Araujo, tá merecendo ter o cérebro ocupado. Vá ler um livro, meu filho! [...] Se para VC educação não é importante, meu querido, realmente VC está precisando ter o cérebro ocupado! Vc tem filhos? Acho que não... E, se tiver, não devem estudar em escolas administradas pelo governo do Estado. Entre em uma perto de sua casa e assista aulas durante uma semana e depois diga se existem coisas mais importantes ou não. Falar sem conhecimento de causa e, pior ainda, gerar críticas e insultos não faz de vc uma pessoa melhor, só faz de vc um babaca (24 de novembro de 2015 às 11:05).

Interlocutor 2: Um fato não deslegitima o outro Anderson, cada classe social luta por seu interesse, deixe o conjunto dos trabalhadores lutem contra a falta emprego, mas os secundarista estão com todo direito de lutar contra o fechamento de sua escola.. (24 de novembro de 2015 às 14:15)

É importante salientar que um meme não articula imagem e texto para compor um tipo de célula visual, um enunciado fixo e dobrado sobre si mesmo, como uma pequena unidade de sentido que circula amplamente tornando visível uma mensagem codificada. Um meme faz parte de um sistema de difusão viral e também de um modo operatório de criação de enunciados que requerem o domínio de elementos simbó-

¹² Extraído da página *O Mal Educado*, do Facebook, disponível em <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>>. Último acesso em 26/04/2017.

¹³ Os dados da Apeoesp apontam 175 escolas ocupadas em 24 de novembro de 2015, no entanto, no Facebook os estudantes divulgam 129 escolas ocupadas.

¹⁴ Anderson Araujo postou um comentário com duras críticas aos estudantes e ao boicote ao Saresp, mostrando desrespeito e agressividade. Seu comentário foi apagado, provavelmente por ele mesmo (não fica claro), depois das contra-argumentações que recebeu na própria página.

licos e também a habilidade de criar uma relação texto-imagem baseada no humor, na codificação, na intertextualidade e na ironia. Os memes não são só um discurso risível, mas uma forma de comunicação nativa, nascida on-line e definidora de identidades políticas e sociais, uma vez que criados e alimentados por comunidades on-line que se organizam em torno de ideologias e interesses comuns. Assim, o meme não é uma forma banal de expressão política, mas um enunciado que possui regras precisas de composição, que abrange trocas amplificadas e que se configura como elemento estruturante de comunidades on-line (Gal et al., 2015). O processo de criação do enunciado e do enquadramento de um meme dá a ver a constituição de públicos específicos, articulados em rede por hashtags cuja função é justamente organizar as trocas difusas e de frouxa implicação.

Cada meme não circula nas mesmas redes, uma vez que é preciso conhecimentos específicos, derivados de experiências específicas para compreender e produzir sentido acerca de um meme, além de um interesse particular para consumir esse material. As referências codificadas podem criar uma identificação e um sentido de pertencimento, uma vez que é preciso conhecer os códigos e símbolos específicos de uma comunidade interpretativa para compreender os enquadramentos que um meme pode carregar (Farquhar, 2012). Por isso, um meme é uma produção cultural ligada às identidades coletivas (ou posições de sujeito coletivas) das comunidades nas quais circula. É justamente a circulação e organização criativa das informações no seio de grupos sociais que tornam o estudo da conversação de jovens secundaristas no Facebook instigante para nós. Os jovens usam o humor dos memes para celebrar publicamente e politicamente um sentido compartilhado de identidade.

Os memes políticos, especificamente, configuram uma mensagem construída através de uma deslegitimação da autoridade alheia, com o objetivo de sobrepor-se a ela epistemologicamente (Chagas et al. 2017). Como circulam em diferentes redes sociais, tais memes têm a capacidade de despertar engajamento político ou socializar o sujeito com o debate público. Os enquadramentos próprios, com referências da cultura popular, fazem com que os memes se tornem importantes ferramentas de difusão de mensagens persuasivas, na tentativa de incitar as pessoas à ação política (Chagas, 2016). Assim, “marca um comportamento coletivo

de grande vulto em meio ao debate político” (Chagas, 2014, p. 14). Contudo, a produção criativa de memes só poder como uma ação coletiva se e somente se for tomada a partir da perspectiva da conversação informal na internet, fruto de um comportamento casual junto ao debate público. Assim, os memes podem ser considerados modos de expressão política e produção de sentido associados à conversação e às novas formas de circulação da opinião, dos valores morais e códigos de reconhecimento (Santos e Chagas, 2017; Chagas et al. 2017).

Outras imagens amplamente propagadas nesses dias mostram as provas do Saresp rasuradas pelos alunos, algo que fazia parte da tática adotada pelo movimento. Uma imagem que ilustra essa forma contestatória de apropriação é a seguinte:

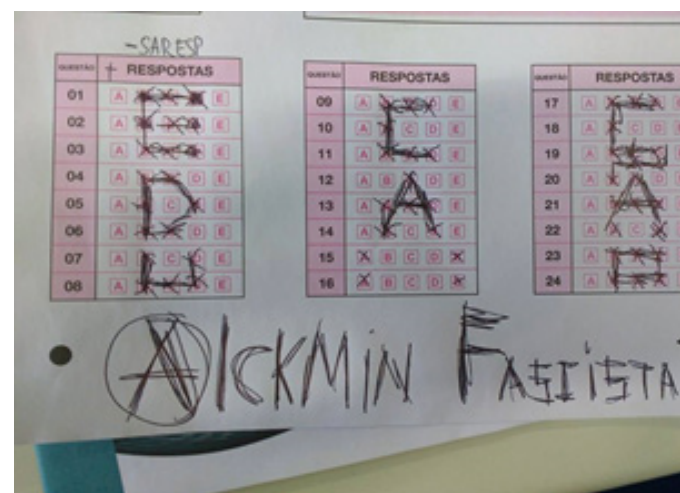


FIGURA 2 – Imagem feita por aluno e postada no dia 24 de novembro na página *O Mal Educado* e amplamente replicada em outras páginas
 FONTE: *O Mal Educado*¹⁵

Esta imagem gerou 271 curtidas, 201 compartilhamentos e 13 comentários na página *O Mal Educado*. Diferentemente da postagem anterior, os comentários trazem pouca reciprocidade e justificativas mais restritas. Eles tendem ao desrespeito ou à ironia, tratando o assunto com superficialidade e

¹⁵ Extraído da página *O Mal Educado*, do Facebook, disponível em <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>>. Último acesso em 26/04/2017.

5.1 Identidade, singularidade e ação coletiva

A terceira postagem aqui discutida está diretamente relacionada a essa ação conectiva on-line personalizada e personificada dos jovens e confere destaque ao depoimento de um estudante (em 26/11/15), que alega ter sido coagido pela diretoria da escola em que estuda, sofrendo ameaças e assédio no dia da prova. O depoimento teve 672 curtidas, 324 compartilhamentos e 52 comentários. Foi a postagem com maior visibilidade e por isso a escolhemos para esta análise.

[...]comecei a articular na manhã de segunda-feira um boicote ao SARESP na minha escola. Não sei como, mas a direção da escola descobriu, eles me chamaram na sua sala e durante 40 minutos eles ficaram falando sobre a importância do SARESP, e como a reorganização vai ser boa para o estado, e no meio dessa conversa até ameaça de expulsão rolou. Chegando na escola na terça-feira de manhã, a coisa estava maior do que eu pensava, a escola inteira ia boicotar o SARESP, marcando mais de uma alternativa por opção. E é claro, sobrou pra mim, a direção passou em todas as salas dizendo claramente que eu era o mentor disso, e que nós estávamos prejudicando nós mesmo, que o SARESP era usado como vestibular também, e toda aquele papinho que jacobheamos. Chegando em casa, a direção já havia ligado para minha mãe, encheu a cabeça dela contra mim, e falou até de polícia com ela.

Este trecho do relato foi seguido de vários comentários de apoio, repudiando a ação repressora sofrida pelo estudante¹⁶, oferecendo-lhe apoio e, identificando-se com a experiência relatada. Entre estes últimos estão os seguintes: “Parece um pouco com o que fizeram comigo” (26 de novembro de 2015 às 17:32). “Estamos no mesmo barco, a diferença é que eu se quer organizei algo além dos meus pensamentos. Fiz sozinha e fui prejudicada por isso” (30 de novembro de 2015 às 13:25)

Um primeiro aspecto que nos chama a atenção na postagem e nos comentários é o modo como os chamados *like minded*

¹⁶ Uma professora postou o seguinte comentário: “Meus alunos e das escolas ao entorno estão passando por um processo semelhante de perseguição, e alguns procuraram assistência jurídica para denunciar a coação destas gestoras q tem medo de perder bônus e também da violação das provas o que dá margens para pedir a anulação do saresp” (27 de novembro de 2015 às 08:47).

others articulam-se para buscar entender uma ofensa (proveniente de argumentos e justificativas muito bem elaborados e fundamentados), uma coação e buscar soluções (inclusive jurídicas) para o dano sofrido. Para Alberici e Milesi (2016), as experiências de conversação política nas redes sociais digitais favorecem a politização da identidade de grupo e influencia a intenção de participar de ações coletivas. Tal politização se dá quando os membros de um grupo atentam para sofrimentos e opressões comuns e, apoiando-se em um código partilhado e consensual, decidem publicizar suas demandas, engajando-se em uma luta por justiça. As autoras apostam nas manifestações de raiva, frustração e medo para que uma obrigação moral de constatação coletiva se estabeleça entre os participantes de determinados perfis nas redes sociais.

Um segundo aspecto que se destaca a partir desse post é a dimensão de personalização e individualização da ação política (Mendonça, 2015), ou seja, o destaque conferido ao protagonismo subjetivo. Sabemos que os agenciamentos auto-organizadores das ocupações possibilitam passagens e articulações entre a auto-expressão e a construção de cenas de enunciação coletiva, em que as expressões de si produzem um “comum” marcado pelo processo de construção de identidades, ativação de sentimentos morais e de um senso de responsabilidade coletiva. Bennett e Segerberg (2012) refletem acerca desses processos de personalização salientando que as práticas coletivas de atuação política envolvem hoje uma delicada transação entre a individualidade e o grupo, caracterizando o que chamam de “ações conectivas”. Para esses autores, a auto-expressão não invalida nem impede a produção de coletividades e comunicações. Contudo, requer de nós a consideração de maneiras mais personalizadas e dispersas de ação coletiva, através das quais um “comum” pode emergir da interação entre singularidades (Mendonça, 2015).

Esse traço de personalização da ação política pode nos auxiliar a entender melhor como identidades subjetivas e coletivas se interceptam, dando origem a processos marcados por identificações e pelo aumento da percepção da eficácia política (os participantes vêm a si mesmos como atores relevantes e seu engajamento como central para a produção de mudanças). Assim, a conversação on-line sobre determinados eventos, as postagens em redes sociais e a narrativização do próprio engajamento nos atos de protesto alimentam as

ações auto-organizadoras dos secundaristas que, longe de serem isentas de problemas e assimetrias, apresentam-se como fruto de constantes negociações e embates entre singularidades e projetos de vida (Conover; Searing, 2005).

Questões sensíveis ligadas à agressão, coação e violência como essas associadas ao relato do estudante em questão nos remetem a duas dimensões importantes da auto-expressão no Facebook: a construção de uma legitimidade outorgada à vítima e a construção da autonomia política atrelada ao relato de si (Marques e Biondi, 2016).

Com relação à narrativização da experiência, temos já as pistas fornecidas por Stromer-Galley (2005) e Graham (2010), que apostam na articulação e mobilização de redes de conversação on-line via identificações, laços de empatia e solidariedade. Para ambos, ainda que não tenham se aprofundado nisso, o que leva as pessoas a se “enredarem” em debates on-line é menos o grau de racionalidade das trocas argumentativas e mais as “narrativas” que sugerem proximidade, cumplicidade, compartilhamento. Assim, seria interessante evidenciar como os interlocutores, ao se nomearem como pertencentes a esta ou aquela categoria, ao dizerem desta ou daquela experiência, ou testemunharem sobre tal ou tal fato que os atravessa, entram em um delicado jogo de aproximação e afastamento dos “nomes” comumente usados para defini-los, buscando também tematizar qual é o cenário discursivo polêmico que se cria entorno deles.

A fala ou relato de si estabelece uma narrativa afetiva de identidade, na qual o “eu” é estabelecido como protagonista a partir do qual se realizará a apropriação reflexiva da alteridade e do mundo. Daí a diferença política básica entre narrar e ser narrado por outrem: a perspectiva de narrar, a centralidade, ainda que momentânea, de quem conta a própria história desloca as linhas de força constitutivas de qualquer narrativa para o sujeito narrador, em condição tornada excêntrica em relação às narrativas dominantes dentro de uma sociedade. É por conta disso que, para os jovens, a condição de narrar a própria vida, contar a própria história e ser escutado – em oposição às normatizações narrativas que os constituem como uma alteridade em uma história que igualmente não é a deles – parece ser uma condição essencial da vida política que se desenha nas tramas conversacionais do cotidiano, sobretudo no contexto dos movimentos insurgentes.

6. Considerações finais

O potencial deliberativo dos ambientes on-line vem sendo progressivamente observado como articulado à elaboração de uma ética discursiva que, embora realizada em uma plataforma digital, não deixa de seguir critérios de exposição, justificação e abertura envolvidos em outras instâncias, com a defesa das pretensões de validade dos proferimentos justificados e justificáveis a partir de argumentos reconhecidos e compreendidos pelos interlocutores. Observa-se, no entanto, que a articulação dos processos deliberativos nos ambientes on-line não parece significar uma simples transposição de plataforma ou, menos ainda, uma adaptação de processos prévios de interlocução, mas o desenvolvimento de outros aspectos interacionais no sentido de trazer as potencialidades das linguagens digitais como pontos de referência na construção de argumentos no processo deliberativo – o uso de memes, expressões linguísticas típicas do ambiente on-line, e a própria eleição de uma plataforma de rede social – em que pese seu caráter de empresa – como espaço de congregação e discussão.

Nesse sentido, a riqueza dos modos de comunicação presentes em espaços conversacionais on-line pode ser melhor apreendida por uma metodologia que contemple e articule: i) a negociação de um pano de fundo compartilhado e diante do qual se definem posicionamentos que caracterizam cenas dissensuais que combinam estética e política; ii) a estrutura argumentativa e “teatral” (cênica) das trocas; iii) as interseções entre diferentes formas de comunicação utilizadas e permitidas pela materialidade técnica, como as demandas racionais de validade de um argumento e as formas estético-expressivas (agressividade, humor, retórica, sinais visuais de assentimento ou repreensão, testemunho, uso de imagens, etc.), de modo a construir diálogos que permitam a expressão das diferenças e a reflexão sobre aspectos da identidade e da alteridade. Nesse sentido, ressaltamos a importância de privilegiarmos os sujeitos e seu “aparecer” na cena de dissenso, sua percepção como sujeitos de palavra e de discurso e o modo como inventam e criam cenas nas quais há uma interseção entre o conteúdo do argumento proferido e a singularidade dos sujeitos e de seus contextos de vida e ação.

Nesse sentido, é possível observar, a partir do estudo do

“corpus” deste trabalho, que os ambientes digitais trazem em si uma considerável potência política no sentido de permitirem o surgimento de conversações que, mesmo informais, não deixam de se articular em torno dos processos deliberativos vinculados ao que seria uma “ética do discurso” - muito mais intuída do que propriamente institucionalizada, mas não menos eficiente, no âmbito dos processos políticos, do que qualquer outra. Ressalta-se, dessa maneira, não apenas as possibilidades deliberativas dos ambientes digitais, mas, igualmente, o aspecto ético da ação política localizada no âmbito das conversações informais, aparentemente “desorganizadas” e, por isso mesmo, com o que seria um menor potencial deliberativo. Ao contrário, pelo que foi possível observar, há todo um potencial político dentro das conversações informais on-line – com a condição, a ser desenvolvida em outros momentos, dessa ação transcender o elemento propriamente digital em uma sociedade midiaticizada.

Referências :

- ALBERICI, A. I.; MILESI, P. Online discussion, politicized identity, and collective action. *Group Processes & Intergroup Relations*, 19(1), 2016, p. 43-59.
- ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. Conversações políticas no Youtube e suas contribuições para o processo deliberativo acerca do Projeto de Lei do Ato Médico. In: MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R.; BARROS, S. (Org.). *Deliberação Online no Brasil*. Salvador: Edufba, 2016, p. 272-299.
- BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication and Society*, v.15, n.5, 2012, p.739-768.
- BOHMAN, J. Political communication and the epistemic value of diversity: deliberation and legitimation in media societies. *Communication Theory*, v. 17, p. 348-355, 2007.
- CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M.M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.
- CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. Trabalho apresentado no 40º Encontro Anual da ANPOCS 2014, Caxambu, Minas Gerais, GT 17 – Mídias, Política e Eleições, 2014.
- CHAGAS, Viktor. “Não tenho nada a ver com isso”: cultura política, humor e intertextualidade nos memes das Eleições 2014. Trabalho apresentado no GT Comunicação e Política do XXV Encontro Anual da Compós, Goiás, Goiânia, 2016.
- CHAGAS, Viktor; FREIRE, F. ; RIOS, Daniel ; MAGALHÃES, D. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. In *Texto (UFRGS. Online)*, v. 38, p. 173-196, 2017.
- CHAPUT, M. Analysing On-Line Political Discussion. From the Deliberative Ideal to the Reconstruction of Argumentative Practices. *Reseaux*, 26(150), 2008, p. 83-106.
- CONOVER, P.; SEARING, D. Studying ‘Everyday Political Talk’ in the Deliberative System. *Acta Política*, Vol. 40, n° 3, p. 269-283, 2005.
- CONROY, M; FEEZELL, J. T.; GUERRERO, M. Facebook and political engagement: a study of online political group membership and offline political engagement. *Computers in Human Behavior*, v. 28, p. 1535-1546, 2012.
- EVELAND, William; MOREY, Alyssa; HUTCHENS, Myiah. Beyond Deliberation: New Directions for the Study of Informal Political Conversation from a Communication Perspective. *Journal of Communication*, n. 61, 2011, p. 1082-1103.
- FARQUHAR, Lee. Performing and interpreting identity through Facebook imagery. *Convergence: the international Journal of Research into New Media Technologies*, v.19, n.4, 2012, p.446-471.
- GAL, Noam; SHIFMAN, Limor; KAMPF, Zohar. “It gets better”: internet memes and the construction of collective identity. *New Media & Society*, 2015, p.1-17.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M. Comunicação e democracia. São Paulo: Paulus, 2008.

GRAHAM, Todd. What's Wife Swap Have to Do with It? Talking Politics Online. In: De Cindio F.; Macintosh A.; Peraboni C. (eds.). From e-Participation to Online Deliberation, Proceedings of the Fourth International Conference on Online Deliberation, OD2010. Leeds, UK, 30 June - 2 July, 2010, p.101-116.

HABERMAS, J. Between facts and norms. Massachusetts: MIT Press, 1998.

HABERMAS, J. Political Communication in Media Society – Does Democracy Still EnjoyanEpistemic Dimension? The impacto f normativetheoryonempiricalresearch. Communication Theory, v. 16, p. 411-426, 2006.

HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo. Vol. 1: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HALPERN, D.; GIBBS, J. Social media as a catalyst for online deliberation? Exploring the affordances of Facebook and YouTube for political expression. Computers in Human Behavior, 29(3), 2013, p. 1159-1168.

HIMELBOIM, I.; LARISCY, R. W.; TINKHAM, S. F.; SWEETSER, K. D. Social Media and Online Political Communication: The Role of Interpersonal Informational Trust and Openness. Journal of Broadcasting & Electronic Media, 56(1), 2012, p. 92-115.

KIES, R. Deliberação On-line. In: MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A.; FILGUEIRAS, F. (orgs.). Democracia digital. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

MAIA, R. Deliberation, the Media and Political Talk. New York: Hampton Press, 2012.

MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema

deliberativo. In: MARQUES, A. C. S. (org.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. BH: Autêntica, p. 207-237, 2009.

MARQUES, A. Dimensões do processo comunicativo na deliberação online. In: MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A.; FILGUEIRAS, F. (orgs.). Democracia digital. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 237-262.

MARQUES, A. C. S.; BIONDI, A. A vítima enunciada em redes: o dissenso como experiência estética In: MENDONÇA, C; DUARTE, E.; CARDOSO FILHO, J. (orgs.). Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas. Belo Horizonte : Selo PPGCOM, 2016, v.1, p. 165-188.

MARQUES, A. C. S.; L.M.S. MARTINO . A politização das conversas cotidianas e suas relações com processos deliberativos. E-COMPÓS (BRASÍLIA), v. 20, p. 1-22, 2017.

MARTINO, L. M. S. Teoria das Mídias Digitais. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. Trabalho apresentado no 39 Encontro da ANPOCS, MR14 - Movimentos sociais e as transformações do ativismo contemporâneo no Brasil: repertórios, engajamento e identidades, 2015.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 31, p. 741-768, 2016.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. L. Racionalidade online: provimento de razões em discursos virtuais. Opinião Pública, v. 22, p. 418-445, 2016.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. Revista Sociologia Política, Curitiba, nº 25, nov. 2005, pp. 11-23.

OLIVEIRA, W. M.; SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. Deliberação no YouTube? Debates em torno da questão LGBT. *Revista Compolítica*, nº 4, vol. 1, p. 53-80, 2014.

SANTOS, João Guilherme B. ; CHAGAS, Viktor. A revolução será memetizada: engajamento e ação coletivos nos memes dos debates eleitorais em 2014. *E-COMPÓS (BRASÍLIA)*, v. 20, p. 1-22, 2017.

SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. Disrespect in online deliberation. *Revista de Ciência Política*, v. 36, p. 705-729, 2016.

STROMER-GALLEY, Jennifer. Decoding deliberation online. Trabalho apresentado na Second Conference on Online Deliberation. Palo Alto, California, 20 a 22 de maio, 2005.

SVENINGSON, M. "I don't like it and I think it's useless, people discussing politics on Facebook": Young Swedes' understandings of social media use for political discussion. *Cyberpsychology*, 8(3), 2014.

VAN DIJCK, J. Facebook as a tool for producing sociality and connectivity. *Television & New Media*, nº 13, p. 160-176, 2012.

VROMEN, A.; XENOS, M. A.; LOADER, B. Young people, social media and connective action: from organisational maintenance to everyday political talk. *Journal of Youth Studies*, Vol. 18, nº 1, 2015, p. 80-100.

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, J. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001, pp. 365-386.